

**PROJETO: REDUÇÃO DA INFORMALIDADE DE
MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS POR MEIO
DO DIÁLOGO SOCIAL**

**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO – REUNIÕES EM
FLORIANÓPOLIS/SC DO PILOTO: SETOR RURAL**

Convênio ATN/ME – 11684-BR

agosto de 2010

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
DESCRIÇÃO DAS REUNIÕES	3
RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES	3
MAPEAMENTO DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS/AÇÕES NECESSÁRIAS	6
ANEXO 2- FOTOS	08

APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem como objetivo registrar as reuniões realizadas nos dias 18 e 19 de agosto/2010, na sede da FETAESC- Federação dos Trabalhadores na Agricultura, em Florianópolis/SC, com a participação da coordenação do projeto “Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social”, CONTAG e representantes locais.

O objetivo das reuniões foi realizar o diagnóstico dos principais problemas relacionados à informalidade vivenciados entre os trabalhadores e empregadores do setor rural nos municípios de Santa Catarina, visando à abertura de um novo piloto do setor rural naquela região.

DESCRIÇÃO DO EVENTO/REUNIÕES

Tipo de Atividade: Reuniões

- Local: Federação dos Trabalhadores na Agricultura- FETAESC- Florianópolis/SC.
- Data: **18 e 19 de agosto de 2010.**

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES

NOME	INSTITUIÇÃO
Ágata Mari Ramos	FETAESC
Luismar Ribeiro Pinto	CONTAG
Ednéia Bilk	Sindicato dos Trabalhadores Rurais- STR – Chapadão Lageado
José Valdir Loffi	Sindicato dos Trabalhadores Rurais -STR – Petrolândia
Sebastião Rosa	Sindicato dos Trabalhadores Rurais -STR- Ituporanga
Joazinho Althoff	FETAESC

Jair De Stefani	Sindicato dos Trabalhadores Rurais- STR-Içara
Stênia Cássia Pereira	DIEESE
Rosane Maia	DIEESE

Dia 18.09

Manhã

A abertura da reunião foi realizada pelo vice-presidente da FETAESC, Joãozinho Altoff, que informou a participação de representantes do DIEESE e da CONTAG, e a proposta de discutir os principais problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais, em especial os produtores de cebola e fumo dos municípios de Santa Catarina, além do conhecimento do projeto: “Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social” a ser apresentado pelo DIEESE.

Joãozinho destacou as dificuldades encontradas pelos produtores rurais na aplicação da Lei 11.718 de junho de 2008, que trata da contratação de trabalhador rural por pequeno prazo, principalmente no entendimento dos cálculos para as contratações/rescisões após 14 e 30 dias, além das questões levantadas pelos auditores fiscais. Ressaltou a necessidade de compreensão da referida lei para sua efetiva aplicação, minimizando a informalidade no setor rural de Santa Catarina.

Em seguida, o representante da CONTAG, Luismar Ribeiro comentou a sua participação no piloto do setor rural em Morrinhos/GO e a sugestão dada ao DIEESE para apresentação e extensão do Projeto “Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social” em Santa Catarina devido aos problemas relacionados à informalidade, notadamente no tocante à aplicação da Lei 11.718. Destacou que o projeto poderá auxiliar nas discussões sobre possíveis alternativas para minimizar a informalidade, além de divulgação da experiência para outras regiões.

Luismar corroborou a dificuldade relatada pelo Joãozinho quanto às interlocuções com o Ministério do Trabalho e Emprego para a aplicação da lei 11.718, por considerarem garantia efetiva de recolhimento apenas a carteira de trabalho assinada. Comentou, ainda, que o MTE sugeriu aos representantes da FETAESC a criação de um programa on-line para realização automatizada de contratações e rescisões de trabalhadores, citando como exemplo o programa disponível no site www.calculoexato.com.br.

Após, abriu-se para o debate, quando se comentou a necessidade de avaliação e implementação pelo MTE do contrato por curta duração, justificando que, na região, 90% dos empregados contratados não trabalham mais que 30 dias. Destacou-se que a lei 11.718 não está sendo eficaz para a formalização e que a fiscalização não tem se preocupado com os benefícios previdenciários do trabalhador. Nesse sentido, foi ponderado ser possível encontrar soluções para os problemas levantados com ajustes e adequações nos procedimentos e articulações interinstitucionais.

Após, Rosane Maia iniciou a apresentação do projeto: “Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social”, informando os objetivos, os pilotos selecionados e as parcerias firmadas. Salientou que o projeto não visa solucionar no curto prazo a informalidade, mas que o objetivo é entender a complexidade desses problemas e, por meio do diálogo social, elaborar coletivamente possíveis alternativas para as dificuldades apresentadas em cada piloto.

Apresentou como exemplo o plano de ação construído pelos atores sociais do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, em especial a proposta de conscientização e educação sobre a previdência social. Acerca do assunto, os participantes comentaram a dificuldade de conscientização dos jovens para perceber a importância da previdência social e ainda a necessidade de se investir na educação dos adultos para reconhecerem os benefícios decorrentes da formalização das relações trabalhistas e jurídicas em geral.

Tarde

No segundo período da reunião, a partir dos pronunciamentos dos participantes, chegou-se à definição do escopo do Piloto a ser iniciado em Santa Catarina: Setor Rural no município de Ituporanga, mais precisamente, a aplicação da Lei n. 11.718 no âmbito da agricultura familiar, considerando-se todo o entorno de Municípios e focando-se, num primeiro momento, nas culturas de cebola e fumo. Considerou-se, assim, que a experiência piloto poderá trazer insumos para a discussão nacional.

Definiu-se, por fim, a data da oficina a ser realizada em Ituporanga: dia 14 de outubro de 2010, para a elaboração, por meio do diálogo social, do chamado Plano de Ação a ser implementado até 2012.

Procedeu-se após o levantamento de instituições/atores sociais a serem mobilizados para a oficina, entre eles os representantes do: MPS, MTE (SIT e SPPE), MDS, Receita Federal, OIT, IPEA, FBB, ANFIP, CONTAG, Centrais sindicais. Ademais, os representantes dos assalariados, dos setores patronais, da agricultura

familiar e economia solidária, como também os representantes da ANAMATRA, ACAT, Prefeituras e Secretarias da Agricultura da região.

Em seguida, passou-se a uma sistematização preliminar, elaborada de forma conjunta, das principais questões a serem tratadas pelo projeto-piloto, conforme descrito nos quadros abaixo:

AGENDA			
PROBLEMA	AÇÃO	LEI	CONVENÇÃO
Definir o contrato – (fixo ou por produção)	Estabelecer um piso (valor da diária)		X
Jornada		X	X
Saque do FGTS	Levantar informação	A cada 5 anos saque 18 meses	
RAIS	Criar especificação como agricultor familiar, segurado especial. Acesso a RAIS pelo movimento sindical	Regulamentação/ módulo fiscal	

PROBLEMA	AÇÃO	OBS
Forma de cálculo	Criar programa informatizado para emitir rescisão e gerar GFIP e GPS	14º dia /incluindo o final de semana
GFIP, GPS, e CEI	-Identificação do empregado e do empregador (segurado especial) - Vincular Lei 11.718/2008 e CEI - Matrícula de inscrição de produtor rural	

	(data da contratação)	
Papel do sindicato	Processo de formalização	Quais atribuições deveria assumir?

Os trabalhos do dia foram concluídos com a informação de que a empresa de software participaria da primeira atividade do dia seguinte para a discussão de proposições para o aperfeiçoamento do programa informatizado para calcular a rescisão de trabalhadores assalariados rurais em conformidade com a Lei 11.718/2008.

19.08

Após a apresentação das recomendações de correções e ajustes ao programa, realizada pelo representante da CONTAG, os consultores da empresa de software explanaram a situação presente dos trabalhos e abriu-se o debate para os presentes apresentarem suas críticas e sugestões para o desenvolvimento da nova etapa de sua implantação e os encaminhamentos até a oficina em meados de outubro.

ANEXO 1 – FOTOS DA OFICINA

